

6. O preço unitário da revenda será calculado com a seguinte fórmula:

em que:

ANDRÉ DE OLIVEIRA AMANTE
Chefe

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO CNMP Nº 31/2021
Espécie: 8º Termo Aditivo ao Contrato CNMP nº 31/2021. Processo: 19.00.1300.00004624/2026-87. Contratante: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CNPJ: 11.439.520/0001-11. Contratada: VIAMAR VIAGENS E TURISMO LTDA ME. CNPJ: 24.931.123/0001-04. Finalidade: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato CNMP Nº 31/2021 por 06 (seis) meses, compreendendo o período de 19/8/2026 a 19/02/2027, ou até a efetiva implantação de novo contrato, o que ocorrer primeiro, caso se confirme a necessidade, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993. Valor do Termo: R\$ 190.719,56 (cento e noventa mil setecentos e dezesseis reais e cinquenta e seis centavos). Data de Assinatura: 18/8/2026. Programa (PTRES): 174664. Fonte: 1000000000. Natureza da Despesa: 33903922 [Exposições, congressos e conferências] e 33903941 [Fornecimento de alimentação]. Nota de Empenho: 2026NE000088. Signatária da Contratante: INES GOUVEIA VIANA BORGES, CPF nº XXX.509.521-XX. Signatário da Contratada: ERLLEY ALVES LAGO. CPF nº XXX.305.611-XX.

SECRETARIA-GERAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão 32/2026 / Número do processo: 19.00.1500.0001788/2026-36 / Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento imediato de equipamentos e materiais necessários para prover melhorias e a expansão do parque de áudio, vídeo e fotografia do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP. Data de início de recebimento de propostas: 20/08/2026, 08:00. Forma de apresentação: Eletrônica
Data de Abertura: 01/09/2026, 13:59
Endereço eletrônico do Edital: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/compras-net-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=59000105000322026>

MARCIEL RUBENS DA SILVA
Pregoeiro

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão 85/2026 / Número do processo: 1.00.000.005030/2026-02 / Objeto: Aquisição de mobiliário, com fornecimento e instalação de armários sob medida, destinados às salas da ASSART/SRI, copas do Anexo 3 e Sala Multiuso do Serviço Médico SSI-Saúde (Sala ET07).

Data de início de recebimento de propostas: 20/08/2026, 08:00. Forma de apresentação: Eletrônica

Data de Abertura: 01/09/2026, 10:00

Endereço eletrônico do Edital: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/compras-net-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=20010005000852026>

LEONARDO SANTOS DA COSTA
Agente de contratação

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS

RESULTADO DE JULGAMENTO

DIVULGAÇÃO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA

Partes: União Federal, por intermédio do Ministério Público Federal e Procuradoria da República no Estado de Alagoas e a empresa SEVEN COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA., CNPJ nº 17.948.536/0001-36. Objeto: arquivamento dos autos, em que a multa a ser aplicada seria em tese, em valor até 2% (dois por cento) do limite de dispensa de licitação do art. 75, II, da Lei 14.133/2021, com fundamento no § 5º do art. 24-A da Portaria PGR-MPU nº 412, de 24 de junho de 2026, SEM A RESSALVA da possibilidade de posterior arquivamento, caso seja praticada a reincidência ou repetição de infração no período de

12 (doze) meses, contados do fato gerador da irregularidade cometida perante a mesma autoridade administrativa licitante, conforme §§ 2º e 4º da citada Portaria. Fundamento Legal: Art. 24-A e §§ da Portaria PGR/MPU 412, de 24.06.2026. Portarias MPF PR/AL nº 63, de 05.12.2013, nº 71, de 18.12.2013 e nº 62, de 29.05.2015. Processo MPF/PR/AL nº 1.11.000.000768/2019-62.

DANIEL COSTA FORTES
Secretário Estadual da PR/AL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ

EXTRATO DE CONVÊNIO

convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ - PR/CE e a UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO AÇARAÚ - UVA, mantida pela UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO AÇARAÚ - UVA. Objeto: Proposição para a preparação do estágio para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 05 anos. Data e assinatura: 18/08/2026. LIVIA MARIA DE SOUSA, Procuradora-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Ceará e IZABELLE MONT'ALVERNE NAPOLEÃO ALBUQUERQUE, Reitora da UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO AÇARAÚ - UVA. Processo Administrativo: 1.15.000.000675/2021-11. LIVIA MARIA DE SOUSA, Procuradora-Chefe PR/CE

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PIAUÍ

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 46

EXTRATO CONVENIO PR/PI e SESC/PI. Referência: 1.27.000.000971/2024-36. Assunto: Convênio PR/PI e SESC/PI 4/2026 – PR/PI-00030174/2026. Espécie: Convênio que entre si celebaram o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF, por meio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PIAUÍ, representada por seu Procurador-Chefe, Alexandre Assunção e Silva, e o SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DO PIAUÍ (SESC/PI), representada por seu Diretor Regional, Francisco Soares Campelo Filho. Objeto: O convênio tem por objeto o atendimento aos servidores, membros e colaboradores terceirizados do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PIAUÍ - MPF/PI, bem como seus dependentes, por meio dos serviços oferecidos pelo SESC/PI, com pagamento de taxas de retribuição diferenciadas daquelas que são pagas pelo trabalhador do comércio de bens, serviços e turismo. Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021; Decreto nº 11.531/2023. Vigência: 12 (doze) meses. Data de assinatura: 17/08/2026. Assinam: ALEXANDRE ASSUNÇÃO E SILVA (Procurador da República e Procurador-Chefe da PR/PI) e FRANCISCO SOARES CAMPELO FILHO (Diretor Regional do SESC/PI). Teresina, 19 de agosto de 2026. ALEXANDRE ASSUNÇÃO E SILVA Procurador-Chefe

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE ACORDO

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL JUDICIAL
 Procedimento Administrativo - AUTC nº 1.30.020.000384/2025-02. COMPROMITENTE: Ministério Público Federal, através do 3º Ofício da Procuradoria da República no Município de São Gonçalo. COMPROMISSÁRIO: José Luiz Nanci. PROCESSO JUDICIAL ORIGINÁRIO: Ação por Ato de Improbidade Administrativa nº 000379-44.2007.4.02.5102. JUÍZO: 2ª Vara Federal de São Gonçalo. DATA DA HOMOLOGAÇÃO DO ANPC JUDICIAL: 16/08/2026. FUNDAMENTOS NORMATIVOS: artigo 17-B Da Lei nº 8.429/1992 e Resolução nº 306/2025 do Conselho Nacional do Ministério Público. RESUMO DAS CONDIÇÕES ACEITAS PELO COMPROMISSÁRIO: a) pagamento referente à condenação em multa civil no valor equivalente a 10 (dez) vezes o valor última remuneração que recebeu como Presidente da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, no valor de R\$ 82.214,68 (oitenta e dois mil, duzentos e quatorze reais e sessenta e oito centavos); b) pagamento de cota equivalente a 1/3 (um terço) do valor devido a título de ressarcimento de dano moral coletivo, ou seja, R\$ 73.314,04 (setenta e três mil, trezentos e quatorze reais e quatro centavos). A cláusula não afasta a solidariedade fixada no acórdão do TRF-2º Região; c) o pagamento dos valores deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após a homologação judicial do acordo. Niterói, 19 de agosto de 2026. THIAGO SIMÃO MILLER, Procurador da República.

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA MILITAR

SECRETARIA DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 45/2022-MPM. Processo nº: 19.03.0000.0001384/2024-28. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: RGV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. CNPJ nº: 20.720.641/0001-28. Finalidade: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato de prestação de serviços de conservação e limpeza para atender a Procuradoria de Justiça Militar em Porto Alegre/RS. Vigência: 12/9/2026 a 11/9/2027. Data de assinatura: 14/8/2026. Assinam: Antônio Carlos Alves Coutinho, Diretor-Geral, pelo MPM e Isabella Fonseca Braca da Silva, pela contratada.

COORDENADORIA DE GESTÃO DE ACERVOS

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 1/2026/PJM/RJ

A Secretaria Administrativa da Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro, de acordo com a Listagem de Eliminação de Documentos nº 1/2026, faz saber a quem possa interessar que a partir do 30º (trigésimo) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Oficial da União, se não houver oposição, serão eliminados 10,36 metros lineares de documentos relativos às atividades administrativas, do período de 2005 a 2020, do Ministério Público Militar.

Os interessados, no prazo citado, poderão requerer às suas expensas e mediante petição dirigida à Comissão Permanente de Avaliação e Destinação Documental do Ministério Público Militar, a retirada de documentos, avulsos ou processos, bem como o desentranhamento ou cópias de folhas de um processo.

HEVELIZE JOURDAN COVAS PEREIRA
Procuradora de Justiça Militar

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A União Federal, por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região, CNPJ 26.969.724/0047-95, notifica a pessoa jurídica G OLIVEIRA COSTA LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 07.139.089/0001-10, por se encontrar em endereço desconhecido e/ou incerto e no âmbito do processo administrativo instaurado para apuração de possível infração contratual referente à Nota de Empenho nº 2024NE0000035 (Dispensa Eletrônica nº 90001/2024)e considerando a possibilidade de aplicação de sanções administrativas, conforme as disposições contidas no Artigo 157, da Lei nº 14.133/2021, diante disso, fica a contratada notificada para apresentar ALEGAÇÕES FINAIS, por escrito, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data da publicação desta notificação. A defesa deverá ser dirigida ao Presidente da Comissão de Descumprimento Contratual (Portaria nº 93/2024), Sr. Paulo Fernando Maciel de Sá por meio eletrônico através do endereço <https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br> (PGEAE 20.02.1600.0000446/2024-54). Por fim, esclarecemos que os autos do processo se encontram à disposição para vista através do endereço eletrônico acima indicado.

PAULO FERNANDO MACIEL DE SÁ
Presidente da Comissão de Descumprimento Contratual